

CONTRATO CEDAE N.º 171 /2019 (DSG)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** e a **VIBHUTI COMÉRCIO LTDA - EPP**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, Diretor de Saneamento e Grande Operação, Sr. MARCOS ABI RAMIA CHIMELLI, doravante denominada **CEDAE**, e a **VIBHUTI COMERCIO LTDA EPP.**, sediada na Avenida Amaral Peixoto, nº 91, sala 307, São João, Volta Redonda - RJ, CEP nº 27.253-220, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.710.985/0001-49, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. ANDRE LUIZ FERREIRA SILVA, brasileiro, engenheiro metalúrgico, portador da Carteira de Identidade nº 052854650 (DETRAN-RJ), inscrito no CPF sob o nº 725.855.957-49, domiciliado na cidade de Volta Redonda - RJ à Rua 164 C, nº 45, apto 12, Laranjal, CEP 27.255-000, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.320/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 323/2019**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, pelo Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE PERFIS, BARRAS E CONTONEIRAS DE AÇO PARA O SETOR DE CALDEIRARIA E SERRALHERIA DA COORDENAÇÃO E OFICINAS DE ELETROMECAÂNICA DE ESGOTOS DA CEDAE - CGE - DS-5.5"**, nas quantidades constantes na tabela abaixo transcrita.

Item	Nomenclatura	Unid	Quant Total kg
5	PERFIL I DE AÇO ASTM A36, ESPESSURA 5,89mm - 152mm X 84mm X 6m	Kg	1.120
14	BARRA CHATA DE AÇO SAE 1020 - 1/2" x 1 1/2" x 6m	Kg	1.150
17	CANTONEIRA COM ABAS IGUAIS EM AÇO SAE 1020 - 1 1/2" x 1/4" x 6m	Kg	1.050
21	CANTONEIRA COM ABAS IGUAIS EM AÇO SAE 1020 - 2" x 3/8" x 6m	Kg	4.300
22	CANTONEIRA COM ABAS IGUAIS EM AÇO SAE 1020 - 2 1/2" x 1/4" x 6m	Kg	1.850

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 323/2019** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.
- g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33903010
Fonte: 10
Conta Contábil: 411110202
Centro de Custos: DS03000000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000899

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 57.574,00 (cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais)**, conforme tabela abaixo.

Item	Nomenclatura	Unid	Quant Total kg	Preço	Preço Total
5	PERFIL I DE AÇO ASTM A36, ESPESSURA 5,89mm - 152mm X 84mm X 6m	Kg	1.120	R\$ 6,40	R\$ 7.168,00
14	BARRA CHATA DE AÇO SAE 1020 - 1/2" x 1 1/2" x 6m	Kg	1.150	R\$ 6,09	R\$ 7.003,50
17	CANTONEIRA COM ABAS IGUAIS EM AÇO SAE 1020 - 1 1/2" x 1/4" x 6m	Kg	1.050	R\$ 5,90	R\$ 6.195,00
21	CANTONEIRA COM ABAS IGUAIS EM AÇO SAE 1020 - 2" x 3/8" x 6m	Kg	4.300	R\$ 6,05	R\$ 26.015,00
22	CANTONEIRA COM ABAS IGUAIS EM AÇO SAE 1020 - 2 1/2" x 1/4" x 6m	Kg	1.850	R\$ 6,05	R\$ 11.192,50
VALOR TOTAL DO CONTRATO					R\$ 57.574,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 57.574,00 (cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais)**, em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e

"d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

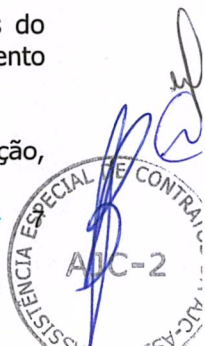
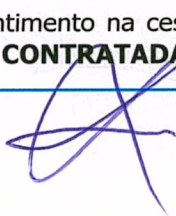
PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2019 .

Pela **CEDAE**:



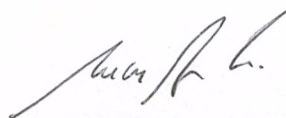
HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



MARCOS ABI RAMIA CHIMELLI
Diretor de Saneamento e Grande
Operação

Pela **CONTRATADA**:

ANDRE LUIZ FERREIRA SILVA
Sócio Administrador



MARCO ANTONIO DA SILVA
RG: 09916758-7
CPF: 037.337.157-80

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-VIBHUTI-aquisição-de-barras-e-cantoneira-PE-323-2019-VBO.

teriormente ocupado por Vanessa Schnaider do Amaral Pereira Gonçalves. ID Funcional nº 4382910-4. Processo nº SEI-07/002/005212/2019.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 25 de novembro de 2019, publicado no D.O. de 26/11/2019, que exonou, com validade a contar de 22 de novembro de 2019, **LUCIANA PACHECO DE ABREU**, ID Funcional nº 5099061-6, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Gestão Participativa, da Gerência das Unidades de Conservação, da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/005222/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de outubro de 2019, **THIAGO TELES ALVARO**, ID Funcional nº 44597959, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Outorga de Recursos Hídricos, da Gerência de Licenciamento de Recursos Hídricos, da Diretoria de Licenciamento Ambiental, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/005122/2019.

NOMEAR ANA CAROLINA CABRAL MIRANDA, ID Funcional nº 44614896, para exercer, com validade a contar de 02 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Outorga de Recursos Hídricos, da Gerência de Licenciamento de Recursos Hídricos, da Diretoria de Licenciamento Ambiental, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Thiago Teles Alvaro, ID Funcional nº 44597959. Processo nº SEI-07/002/005122/2019.

EXONERAR LARISSA FERREIRA DA COSTA, ID Funcional nº 4461252-4, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Informação Hidrológica, da Gerência de Segurança Hídrica, da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/005217/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 12 de novembro de 2019, **NAYRA CARDOSO GOMES**, ID Funcional nº 5090325-8, do cargo em comissão de Assessor III, símbolo DAI-5, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/002684/2019.

NOMEAR RAIMUNDO CLAUDIO OLIVEIRA SANTA ROSA, para exercer o cargo em comissão de Assessor III, símbolo DAI-5, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Gabriel Carvalho de Mello. ID Funcional nº 5098096-3. Processo nº SEI-07/002/005217/2019.

NOMEAR MARIANA DE ANDRADE RAMOS para exercer o cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Munique Duarte Silva Sardinha. ID Funcional nº 51036853. Processo nº SEI-07/002/005219/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de outubro de 2019, **ANA CAROLINA CABRAL MIRANDA**, ID Funcional nº 44614896, do cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Processo nº SEI-07/002/005122/2019.

NOMEAR MARYANNA DE OLIVEIRA FRANCO para exercer, com validade a contar de 02 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DAI-2, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, anteriormente ocupado por Ana Carolina Cabral Miranda. ID Funcional nº 44614896. Processo nº SEI-07/002/005122/2019.

NOMEAR ANNA LETÍCIA ESPÍNDOLA DE OLIVEIRA para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por José Luciano Cavalcanti de Albuquerque Bello Neves. Processo nº SEI-18/007/002649/2019.

Id: 2224170

DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

PROCESSO Nº SEI-22/002/003383/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **WALTER JOBE**, ID Funcional nº 3216202-2, do Quadro de Pessoal da Controladoria Geral do Estado, à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, com validade a contar de 28/11/2019.

PROCESSO Nº SEI-22/002/003383/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor **CHARLYE CORREA DOS REIS**, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, ID Funcional nº 50003399, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, para a Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, a contar de 21 de outubro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-10/001/039503/2019 - AUTORIZO a disposição da servidora **ANA PAULA VASCONCELOS DA SILVA**, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, ID Funcional nº 4378036-9, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, para a Secretaria de Estado de Transportes.

DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

***PROCESSO Nº SEI-07/026/003217/2019 - AUTORIZO** a disposição do servidor **RODRIGO FABRIZIO CORDEIRO PEZZINI**, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, ID Funcional nº 50253059, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, para a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

*Replicado por ter saído com incorreção no D.O. de 28/11/2019.

Id: 2224128

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRE Nº 765 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS OCORRIDOS NA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA, NO DIA 16/09/2019.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da Comissão de Sindicância para apurar os fatos ocorridos na Gerência Administrativa, no dia 16/09/2019, instituída pela Portaria PRODERJ/PRE nº 765, publicada no D.O. de 16/10/2019, por substituição de um membro.

Art. 2º - A Comissão, mencionada no art. 2º, passará a ser composta pelos seguintes servidores:

ANDRÉ DE CASTRO ALVES PEQUENO - ID nº 2821094-8;
ALEXANDRE CORREA CORDEIRO - ID nº 50233890;
HENRIQUE NASCIMENTO DOS SANTOS - ID nº 4256645-2.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2019

GUILHERME TELLES RIBEIRO
Presidente do PRODERJ

Id: 2223637

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 766 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA REALIZAR SINDICÂNCIA.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores, abaixo relacionados, para integrar a Comissão de Sindicância, de acordo com o Decreto nº 7.526/84, de 06 de setembro de 1984, que terá como finalidade a apuração do objeto do Processo Administrativo nº SEI-12/211/000238/2019 e no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta Portaria, apresente os resultados dos trabalhos.

MARCOS PAULO DE OLIVEIRA TAVARES - ID 51000075
FERNANDA FERRO BALTHAZAR - ID 51059436
CLAUDIA GOMES MESQUITA - ID 28262050

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2019

GUILHERME TELLES RIBEIRO
Presidente

Id: 2223635

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 767 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA DO PRODERJ.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso das atribuições legais, e conforme a Lei nº 7989/2018, art. 7º, § 5º, C,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, nos termos da Lei nº 7989 de 14 de junho de 2018, o servidor **GUSTAVO MUFARREJ VIEIRA** e **SILVA**, Analista de Sistemas e Métodos do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, ID Funcional nº 2027193-0, para responder pelas atividades de CORREGEDORIA DO PRODERJ, em substituição e consonância com a Unidade de Corregedoria Setorial, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança - SECCG, sem prejuízo de suas atribuições.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de agosto de 2019.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2019

GUILHERME TELLES RIBEIRO
Presidente

Id: 2223636

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR DE 27/11/2019

PROC. SEI-12/211/000261/2019 - GLAUCIA JORIO DE ARAUJO - Analista de Sistemas e Métodos, matrícula nº 293.319-0 - Concedido 630 (seiscentos e trinta) dias de Licença Prêmio relativa aos períodos apurados entre 09/08/82 a 23/08/87, 24/08/87 a 21/08/92, 22/08/92 a 20/08/97, 21/08/97 a 19/08/02, 20/08/02 a 18/08/07, 19/08/07 a 16/08/12, e 17/08/12 a 15/08/17.

Id: 2223658

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 07/11/2019

DESIGNA ERASMO PIRAMA DA SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento H, como Presidente e **OTAVIO GREGÓRIO DA SILVA FILHO**, Agente de Saneamento G e **FRANCISCO JOSÉ MEMETTE PAULO**, Agente de Saneamento H, como membros titulares e **WAGNER GONÇALVES MONDEGO**, Agente de Saneamento H, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, **JORGE LUIZ DA SILVA**, Assessor de Departamento, como suplente para a Comissão de Fiscalização destinada à "AQUISIÇÃO DE PERIF. BARRAS E CANTONEIRAS DE AÇO PARA O SETOR DE CALDEIARIA E SERRALHERIA DA COORDENAÇÃO E OBRIGAS DE ELETROMECÂNICA DE ESGOTOS DA CDEAE - CGE - OS - 5.3", de que trata o Processo nº E-07/100.320/2018. Ordem de Serviço P/FIS Nº 26.695-00/2019.

Id: 2223812

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 26/11/2019

DESIGNA CELSO SOARES SILVA, Agente de Saneamento I, como Presidente, **MARIANA CLAUDIA DE SOUZA**, Chefe de Coordenação, e **ARILDO CESAR NOGUEIRA DE CASTRO**, Agente de Saneamento E, como membros titulares e **IVAN MARTINS OLIVEIRA**, Agente de Saneamento D, como membro suplente. Gerente do Contrato **RODRIGO CASTANHEIRA SANTOS**, Assessor Executivo e **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, como suplente, para a Comissão de Fiscalização destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DA CDEAE, NA REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo nº E-07/100.194/2017. Ordem de Serviço P/FIS nº 23.014-01/2019. Revoga O.S. P/FIS nº 23.014-00/2019.

Id: 2223866

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 26/11/2019

DESIGNA CELSO SOARES SILVA, Agente de Saneamento I, como Presidente, **ARILDO CESAR NOGUEIRA DE CASTRO**, Agente de Saneamento E, **ELVIS MONTE FORTES**, Agente Administrativo F, como membros titulares e **MARIANA CLAUDIA DE SOUZA**, Chefe de Coordenação, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Assessora de Diretoria, como suplente, para a Comissão de Fiscalização destinada à "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONDIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA CDEAE, de que trata o Processo nº E-17/100.082/2016. Ordem de Serviço P/FIS nº 23.149-02/2019. Revoga O.S. P/FIS nº 23.149-01/2019.

Id: 2223867

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 25/11/2019

PROCESSO Nº E-07/100.378/2018 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 324/2019 - ADPR-31, realizado em 26/09/2019.

Id: 2223865

Secretaria de Estado de Governança e Relações Institucionais

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

CORREGEDORIA ATO DO CORREGEDOR

PORTARIA SEGOV/CRGD Nº 88 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

INSTAURA SINDICÂNCIA NA FORMA QUE MENCIONA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 4º, do Manual de Sindicância, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984.

Art. 1º - Designar o servidor Samuel Reis, Identidade Funcional nº 5094688-9, para atuar como Sindicante, com a finalidade de apurar os fatos descritos no Proc. nº SEI-15/001/006307/2019.

Art. 2º - A Sindicância instaurada terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma vez por até 8 (oito) dias, em caso de força maior.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2019
FABIO MARCELO ANDRADE
Corregedor

Id: 2223732

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO D.O. DE 29/10/2019

PÁGINA 12 - 2ª COLUNA

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 87 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSIONÁRIAS, CRIADA PELA PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 64, DE 26.06.2019.

Art. 2º -

Onde lê-se: ...DAVY CAMILO COELHO, ID Funcional nº 40835902...

Leia-se: ... DAVY CAMILO COELHO, ID Funcional nº 5085390-2...

Id: 2223731

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 87 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 680, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso II do Parágrafo Único do art. 148 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro; a sua competência prevista no art. 21 do Decreto nº 44.007, de 27 de dezembro de 2012, e tendo em vista os termos do Processo nº E-04/070/100151/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - A Resolução SEFAZ nº 680, de 24 de outubro de 2013, que dispõe sobre os procedimentos para concessão de parcelamento de créditos tributários e não tributários, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

I - fica alterada a redação da alínea "b" do inciso II e do Parágrafo Único do art. 5º, bem como ficam acrescidas as alíneas "g" e "h" ao inciso II:

"Art. 5º (...)

II - (...)

(...)

b) o débito for decorrente de valor apurado pelo fisco em Nota de Lançamento;

g) quando se tratar de confissão de débito de ICMS não disponibilizado no site oficial da SEFAZ na internet;

h) quando impossibilitado de pedir o parcelamento de Auto de Infração pelo site da SEFAZ.

Parágrafo Único - Fica dispensado o recolhimento Taxa de Serviços Estaduais nos casos de solicitação e deferimento de parcelamento por meio do site da SEFAZ, consoante o art. 7º da lei nº 5.356, de 23 de dezembro de 2008."

II - ficam alteradas a redação do caput e de seus incisos I e II e do § 1º todos do art. 9º, bem como ficam acrescidos ao art. 9º o inciso III do caput e § 3º:

"Art. 9º - O crédito tributário de ICMS vencido ou lançado de ofício mediante Auto de Infração ou Nota de Lançamento, relativo a cada estabelecimento da empresa, poderá ser parcelado, podendo existir concomitantemente até 4 (quatro) parcelamentos ativos, obedecidas as seguintes condições:

I - 1 (um) parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas;

II - 1 (um) parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas;

III - 2 (dois) parcelamentos em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

§ 1º - O deferimento de novo pedido de parcelamento ou re-parcelamento é condicionado a que o contribuinte esteja em dia com todas as parcelas vencidas dos demais parcelamentos em curso.

§ 2º - (...)

§ 3º - Para efeitos de cumprimento deste artigo, devem ser computados apenas os parcelamentos ativos solicitados a partir de 01/11/2018."

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL DA FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/RJ torna pública que fará realizar no Portal Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA (www.compras.rj.gov.br) a licitação, abaixo mencionada:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/ 2019
TIPO: Menor Preço Global por Lote Único
PROCESSO Nº: E-16/002/007569/2019
DATA DA REALIZAÇÃO: 16/12/2019
HORÁRIO: 10 h
LOCAL: Av. Presidente Vargas, 1.100 - 5º andar - Centro/RJ
OBJETO: Aquisição de agregados: pó de pedra, pedra britada nº 0, pedra britada nº 01, brita corada e pedra britada nº 04 (rachão), para atender a Região Sul do Estado do Rio de Janeiro.
VALOR ESTIMADO: R\$ 18.890.010,00
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.compras.rj.gov.br e no site do DER-RJ: www.der.rj.gov.br, alternativamente, poderá ser adquirida uma via em meio digital mediante a permuta de 05 (cinco) resmas de papel A-4 - 75g/m² na Av. Presidente Vargas, 1.100 - 5º andar - Centro/RJ - Tel.: (21) 2332-5563.

Id: 2223968

VICE GOVERNADORIA DO ESTADO
INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO: Convênio Nº 18/2019. **PARTE:** Instituto de Segurança Pública - ISP e a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - PGE/RJ. **OBJETO:** o presente Convênio é a soma de esforços dos participantes com o objetivo comum de assegurar a representação judicial dos processos nos quais o RIOSEGURANÇA figure como parte ou interessado, exclusivamente no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
PRAZO: o presente Convênio vigorará por 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado pela vontade dos Participantes.
DATA DA ASSINATURA: 21/11/2019.
FUNDAMENTOS: Processo nº E-14/13344/2004.

Id: 2223864

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 01/CC/SSCS/2016.

PARTE: Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança e a sociedade Empresária AGÊNCIA 3 COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a inclusão do Parágrafo Único, no item 11.1 da Cláusula Décima Primeira, conforme segue:

Parágrafo Único - Nas Hipóteses de Convênios ou outros instrumentos congêneres celebrados com a União federal que contemplem a transferência de recursos para determinado Órgão da Administração Direta do Estado do Rio de Janeiro, objetivando a execução dos serviços de que trata o presente contrato será admitida a expedição de nota fiscal com o CNPJ do referido Órgão beneficiário do convênio ou outro instrumento congêneres.

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93, art. 58, inciso I.

AUTORIZAÇÃO: Processo nº E-12/002/3246/2014

INSTRUMENTO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 02/CC/SSCS/2016.

PARTE: Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança e a sociedade Empresária BINDER + FC COMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a inclusão do Parágrafo Único, no item 11.1 da Cláusula Décima Primeira, conforme segue:

Parágrafo Único - Nas Hipóteses de Convênios ou outros instrumentos congêneres celebrados com a União federal que contemplem a transferência de recursos para determinado Órgão da Administração Direta do Estado do Rio de Janeiro, objetivando a execução dos serviços de que trata o presente contrato será admitida a expedição de nota fiscal com o CNPJ do referido Órgão beneficiário do convênio ou outro instrumento congêneres.

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93, art. 58, inciso I.

AUTORIZAÇÃO: Processo nº E-12/002/3246/2014

INSTRUMENTO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 04/CC/SSCS/2016.

PARTE: Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança e a sociedade Empresária ARTPLAN COMUNICAÇÃO S/A.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a inclusão do Parágrafo Único, no item 11.1 da Cláusula Décima Primeira, conforme segue:

Parágrafo Único - Nas Hipóteses de Convênios ou outros instrumentos congêneres celebrados com a União federal que contemplem a transferência de recursos para determinado Órgão da Administração Direta do Estado do Rio de Janeiro, objetivando a execução dos serviços de que trata o presente contrato será admitida a expedição de nota fiscal com o CNPJ do referido Órgão beneficiário do convênio ou outro instrumento congêneres.

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93, art. 58, inciso I.

AUTORIZAÇÃO: Processo nº E-12/002/3246/2014

INSTRUMENTO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 05/CC/SSCS/2016.

PARTE: Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança e a empresa AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a inclusão do Parágrafo Único, no item 11.1 da Cláusula Décima Primeira, conforme segue:

Parágrafo Único - Nas Hipóteses de Convênios ou outros instrumentos congêneres celebrados com a União federal que contemplem a transferência de recursos para determinado Órgão da Administração Direta do Estado do Rio de Janeiro, objetivando a execução dos serviços de que trata o presente contrato será admitida a expedição de nota fiscal com o CNPJ do referido Órgão beneficiário do convênio ou outro instrumento congêneres.

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93, art. 58, inciso I.

AUTORIZAÇÃO: Processo nº E-12/002/3246/2014

INSTRUMENTO: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 06/CC/SSCS/2016.

PARTE: Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança e a empresa PROPEG COMUNICAÇÃO S/A.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a inclusão do Parágrafo Único, no item 11.1 da Cláusula Décima Primeira, conforme segue:

Parágrafo Único - Nas Hipóteses de Convênios ou outros instrumentos congêneres celebrados com a União federal que contemplem a transferência de recursos para determinado Órgão da Administração Direta do Estado do Rio de Janeiro, objetivando a execução dos serviços de que trata o presente contrato será admitida a expedição de nota fiscal com o CNPJ do referido Órgão beneficiário do convênio ou outro instrumento congêneres.

DATA DA ASSINATURA: 11/11/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93, art. 58, inciso I.

AUTORIZAÇÃO: Processo nº E-12/002/3246/2014.

Id: 2224151

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA

AVISO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA torna público o Chamamento Público PMI nº 003/2019, cujo objeto é o recebimento de doação pura e simples, sem contrapartida, de iluminação e enfeites natalinos para a decoração do Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro, um importante ponto turístico, declarado patrimônio histórico e cultural de nosso Estado. Para maiores esclarecimentos disponibilizamos o e-mail gabinete@casacivil.rj.gov.br e o telefone: 2334-3125.

Id: 2224152

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 170/2019 (DSG).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a KIFERRO FERRAGENS EIRELI EPP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PERFIS, BARRAS E CONTONEIRAS DE AÇO PARA O SETOR DE CALDEIRARIA E SERRALHERIA DA CO-ORDENAÇÃO E OFICINAS DE ELETROMECÂNICA DE ESGOTOS DA CEDAE - CGE - DS-5.5".

PRAZO: 30 (trinta) dias.

VALOR: R\$ 78.888,85 (setenta e oito mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 25/11/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.320/2018 - Pregão Eletrônico nº 323/2019.

Id: 2223813

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 171/2019 (DSG).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VIBHUTI COMERCIO LTDA EPP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PERFIS, BARRAS E CONTONEIRAS DE AÇO PARA O SETOR DE CALDEIRARIA E SERRALHERIA DA CO-ORDENAÇÃO E OFICINAS DE ELETROMECÂNICA DE ESGOTOS DA CEDAE - CGE - DS-5.5".

PRAZO: 30 (trinta) dias.

VALOR: R\$ 57.574,00 (cinquenta e sete mil quinhentos e setenta e quatro reais).

DATA DE ASSINATURA: 25/11/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.320/2018 - Pregão Eletrônico nº 323/2019.

Id: 2223814

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 011/2018

OBJETO: AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE MIGUEL COUTO - MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe que seria realizada em 02/12/2018 fica adiada "sine die".

Id: 2223794

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 016/2018.

OBJETO: COMPLEMENTAÇÃO DAS REDES DE ESGOTOS SANITÁRIOS DO SISTEMA DE SARAPUI, NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que foram consideradas habilitadas para prosseguimento na referida licitação as licitantes: CONSTRUTORA ELEVACÃO LTDA., TELAR ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A. e CONSORCIO NOVA IGUAÇU (constituído pelas empresas CBS - CONSTRUTORA BAHIANA DE SANEAMENTO LTDA. e CEOGA ENGENHARIA E LOCAÇÕES LTDA.). Foi conside-

rada inabilitada a licitante ESAC - EMPRESA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E CONCESSÕES LTDA, sendo que as razões para tal inabilitação encontram-se em Parecer circunstanciado anexo ao Processo nº E-07/100.393/2018, disponível no site www.cedae.com.br/licitacao para vistas aos interessados.

Id: 2223796

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: 3º Termo de Ajuste de Contas nº 060/2019.

PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa AGROVET SUL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI.

OBJETO: O OUTORGANTE/DEVEDOR firma o presente Termo de Ajuste de Contas em favor da OUTORGADO/CREDOR visando à liquidação do débito no valor de R\$ 20.852,45 (vinte mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) pelos serviços prestados de locação, com manutenção mensal, de filtros e tratamento químico, no período de janeiro a maio de 2019, sem cobertura contratual.

PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016.

NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.39.14.

NOTA DE EMPENHO: 2019NE00508.

DATA DA ASSINATURA: 27/11/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.

PROCESSO Nº: E-04/006.355/2011.

Id: 2223754

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 038/2019.

PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a Empresa MAGMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, higienização, conservação, com limpeza de fachadas envidraçadas nos imóveis ocupados pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, compreendendo mão-de-obra, materiais de consumo e higiene, bem como equipamentos necessários à execução dos serviços - LOTE II, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir de 09/12/2019.

VALOR: R\$ 172.259,38 (cento e setenta e dois mil duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos).

PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016

NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.37.02

NOTAS DE EMPENHO: 2019NE00487

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993

PROCESSO Nº: E-01/067/845/2016

Id: 2223639

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO:** 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 032/2018 - Termo Contratual nº 048/2019.

PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e o BANCO DO BRASIL S.A.

OBJETO: Instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 032/2018, relativo à prestação dos serviços contínuos de arrecadação de tributos estaduais, por intermédio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE e respectiva prestação de contas pelo AGENTE ARRECADADOR, com fundamento no art. 57, inciso II, e na Cláusula Terceira, parágrafo primeiro do contrato.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir de 27/09/2019.

DATA DA ASSINATURA: 24/09/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993

PROCESSO Nº: E-04/176/1/2018.

*Omitido no D.O. de 25/09/2019.

Id: 2223991

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2015 - Termo Contratual nº 061/2019.

PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através do FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa GLS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

OBJETO: A prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 040/2015, relativo à prestação de serviços contínuos de assistência técnica de solução sala-cofre, com fornecimento de peças e de consumíveis, abrangendo manutenção preventiva programada, manutenção corretiva, monitoramento de alarmes e suporte técnico 24x7x365, situada nas dependências da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666 de 1993, e na Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro do Contrato.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir de 01/12/2019.

VALOR: R\$ 1.083.091,93 (um milhão, oitenta e três mil noventa e um reais e noventa e três centavos).

PROGRAMA DE TRABALHO: 2081.04.123.0054.8103.

NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.39.17.

NOTA DE EMPENHO: 2019NE03809.

DATA DA ASSINATURA: 28/11/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993

PROCESSO Nº: E-04/056/1385/2014.

Id: 2223655

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

AVISO

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SORTEIO

Na Sessão da Primeira Câmara a ser realizada no dia 03 de dezembro de 2019, às 12h30min serão distribuídos, através de sorteio efetuado pelo Representante da Fazenda presente à Sessão, os seguintes Recursos:

RECURSO	PROCESSO	NOME / RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RECURSO
61165	E-04/002/1026/2014	BEM NUTRITIVA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	Voluntário
71813	E-04/040/001028/2017	VIA VAREJO S/A- 1ª SIM	Voluntário
71817	E-04/040/001038/2017	VIA VAREJO S/A- 3ª NÃO	Voluntário
71821	E-04/040/001083/2017	VIA VAREJO S/A- 3ª NÃO	Voluntário
72076	E-04/040/001167/2017	VIA VAREJO S/A 2ª NÃO	Voluntário
72092	E-04/040/001174/2017	VIA VAREJO S/A 2ª NÃO	Voluntário
72095	E-04/040/001104/2017	VIA VAREJO S/A 2ª NÃO	Voluntário
72132	E-04/035/000224/2017	HAVITA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 4ª NÃO	Voluntário
72528	E-04/040/001001/2017	VIA VAREJO S/A 4ª NÃO	Voluntário
73089	E-04/037/000564/2017	MCALUB COMERCIO E DISTRIBUICAO DE LUBRIFICANTES LTDA- 4ª NÃO	Voluntário
73101	E-04/037/000556/2017	MCALUB COMERCIO E DISTRIBUICAO DE LUBRIFICANTES LTDA- 4ª NÃO	Voluntário
73133	E-04/037/000555/2017	MCALUB COMERCIO E DISTRIBUICAO DE LUBRIFICANTES LTDA- 4ª NÃO	Voluntário